

Aos 67 anos, sempre um liberal

Luiz Rafael Mayer, o "Luizinho" das pedradas de Recife, ainda não se considera futuro presidente do Supremo Tribunal Federal. Prefere aguardar a eleição do próximo dia 10, embora o critério de antiguidade, que vale há mais de 150 anos, indique que não será outro o eleito.

Nos pênaltis, revelam amigos de infância, jamais usava a força. Tocava de leve, quase sempre enganando os goleiros. Na vida de juiz, asseguram os mesmo companheiros, íntegra a chamada corrente liberal do Supremo, tendência que, suspeitam, teria começado ainda no tempo de faculdade, quando participou do Diretório Acadêmico.

Também foi, nesse

período, diretor-assistente da Casa do Estudante de Pernambuco. E um ano depois de formado bacharel em Direito, em 1944, era advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Fiação e Tecelagem de Paulista, em Pernambuco, e prefeito do município paraibano de Monteiro, onde nasceu em março de 1919.

Em 45, ingressou no Ministério Público do Estado de Pernambuco, através de concurso exercendo ininterruptamente, por 10 anos, o cargo de promotor. Chegou a subprocurador-geral, cargo que exerceu de 1955 a 1966, promovido por merecimento.

Integrou o Governo João Goulart, como assessor do gabinete do minis-

tro da Fazenda, passado após o golpe militar a assessor-chefe da Assessoria Jurídica do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, mais tarde transformado em Ministério do Interior, quando foi nomeado consultor jurídico da pasta.

No governo Geisel, foi consultor-geral da República, de abril de 1974 a dezembro de 1978, sendo, então, nomeado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Um ano antes de se tornar consultor-geral da República, havia escrito para a revista da Ordem dos Advogados do Brasil, um artigo com o título "Supremo Tribunal Federal: Expressão da Independência".